

ISSN 1808-3161

16

Revista do Ministério Público de Alagoas

Janeiro / junho 2006

16

Revista do Ministério Público de Alagoas

Coleção

Direitos & Deveres

Revista do Ministério Público de Alagoas

CONSELHO EDITORIAL **STELA VALÉRIA DE FARIAS CAVALCANTI**

Promotora de Justiça

GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR

Promotor de Justiça

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

Promotor de Justiça

ALEXANDRA BEURLEN

Promotora de Justiça

KARLA PADILHA REBELO MARQUES

Promotora de Justiça

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

Procurador-Geral de Justiça

Luciano Chagasda Silva

Procurador-Geral de Justiça Substituto

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Corregedor-Geral do Ministério Público

Ubirajara Ramos dos Santos

Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional

Geraldo Magela Barbosa Pirauá

Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional

Capa: João Luiz Maia

Fotos: Siloé Amorim

Projeto Editorial: Antonio Carlos Marques da Silva

Catalogado na fonte – Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Revista do Ministério Público/Alagoas/ Ministério Público de
Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Centro de
Ciências Jurídicas - CJUR.- N. 16 (JAN./JUN. 2006)-.

Maceió : MPEAL : UFAL/CJUR

1999-

n.

Semestral

1. Direito - Periódico. 2. Legislação - Periódico

ISSN 1808-3161

CDU: 34(051)

Colégio de Procuradores de Justiça

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto
Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos
Eduardo Barros Malheiros
Luciano Chagas da Silva
Luiz Barbosa Carnaúba
Carlos Alberto Torres
Francisco José Sarmento de Azevedo
Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Walber José Valente de Lima
Lean Antônio Ferreira de Araújo
Antíógenes Marques de Lira
Arnoldo Petrúcio Chagas
Dilmar Lopes Camerino
Dennis Lima Calheiros
Vicente Felix Correia
Artran de Pereira Monte

Sumário

	Apresentação	9
PARTE I	Doutrina	11
	UMA VISÃO PRAGMATISTA DO PROCESSO DE DECISÃO JURÍDICA COMO JOGO DE LINGUAGEM: A CONSTATAÇÃO DA CONTINGÊNCIA DA LINGUAGEM PARA A SUPERAÇÃO DO PROBLEMA DA RACIONALIDADE DOS PROCESSOS DECISÓRIOS	
	Adrualdo de Lima Catão	13
	ESTADO LIBERAL (OCIDENTAL) E DIREITOS FUNDAMENTAIS ACASO OU RELAÇÃO NECESSÁRIA?	
	Beclaute Oliveira Silva	31
	CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO EM MATÉRIA AMBIENTAL	
	Bernardo Leopardi Gonçalves Barretto Bastos	53
	PROPORCIONALIDADE OU RAZOABILIDADE?	
	Danielle Sales Echaiz Espinoza	67
	O LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO: CONFORME A AÇÃO E EFEITOS	
	Filipe Lôbo Gomes	79
	INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	
	Humberto Pimentel Costa	95
	DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS À PERSONALIDADE: A NECESSÁRIA INTERSECÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO PARA A GARANTIA DE SUA PROTEÇÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA DO MÍNIMO EXISTENCIAL	
	Marcos A. de A. Ehrhardt Júnior	105
	LEGALIDADE DOS TESTES PSICOTÉCNICOS NOS CONCURSOS PÚBLICOS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
	Rachel Peixoto Ramalho	123
	POR UMA TIPOLOGIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS: REGRAS E PRINCÍPIOS E SUA MODERNA INTERPRETAÇÃO	
	Thiago Rodrigues de Pontes Bomfim	145
	INTERESSE PÚBLICO <i>VERSUS</i> INTERESSE PRIVADO: DA APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ARTIGO 28 DO CPP. "ARQUIVAMENTO INDIRETO" E "ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO" DO INQUÉRITO POLICIAL. CONCEITOS E IMPLICAÇÕES PRÁTICAS.	
	Vicente José Cavalcante Porciúncula	163

PARTE II	Legislação	173
	ATO CSMP Nº 01/2006	
	Regulamenta o estágio de estudantes de Direito no Ministério Público do Estado de Alagoas	175
	LEI ESTADUAL n.º 6.623/05 – Servidores	181
PARTE III	Prática Forense	195
	AGRAVO DE INSTRUMENTO E CONTRA-RAZÕES DE RECURSO	197
	Alberto Fonseca	
	Givaldo de Barros Lessa	
	Niedja Gorete de Almeida Rocha	
	PARECER Nº 354/05 – APELAÇÃO CRIMINAL. RAZÕES DE RECURSO	218
	Antiógenes Marques de Lira	
	AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA INITIO LITIS	225
	Max Martins de Oliveira e Silva	
	Denise Guimarães de Oliveira	
	José Artur Melo	
	ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO	243
	Elenise Daudt Tenório de Souza	
	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITO MODIFICATIVO	248
	Magno Alexandre F. Moura	
	CONTRA RAZÕES DE APELAÇÃO	253
	Martha Bueno Marques de Pinto	
	APELAÇÃO	260
	Walber José Valente de Lima	
	PARECER-EXCLUSÃO DE ILICITUDE	270
	Martha Bueno Marques de Pinto	
	PARECER Nº 92/06 – APELAÇÃO CRIMINAL. PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA	274
	Antiógenes Marques de Lira	
	PARECER-APELAÇÃO CÍVEL	291
	Francisco José Sarmento de Azevedo	

Apresentação

A Revista do Ministério Público do Estado de Alagoas, publicação semestral que hoje chega à sua 16a. edição, à semelhança com o que vem ocorrendo com a própria Instituição, tem evoluído continuamente.

Buscando sempre fornecer aos agentes ministeriais e à comunidade jurídica subsídios para pesquisa, nas searas forense e acadêmica, tem o periódico se destacado como valioso repositório de artigos científicos e peças processuais.

Até a edição anterior, de nº. 15, portanto há mais de 7 anos, a nossa Revista trazia, além de artigos doutrinários e documentos práticos, uma seção destinada à legislação selecionada. O fornecimento de textos normativos, provenientes de diversas órbitas, cumpriu a contento seu papel de veicular importantes fontes do Direito.

Entretanto, considerando a crescente profusão de normas jurídicas relevantes, bem como sua atual acessibilidade, notadamente após a aquisição de assinatura especializada para todos os membros da Instituição – que traz, de forma atualizada, toda a legislação federal, além de julgados e artigos – optamos por suprimir, em parte, a seção de leis e demais atos normativos.

A decisão tem por finalidade reservar maior espaço para os artigos científicos e para as peças processuais, que sempre foram o âmago do periódico, quer por seu valor intrínseco, quer pela justa homenagem aos nossos colaboradores.

Dessa forma, a partir desta edição, a Revista comportará mais artigos e peças, trabalhos atemporais e de valor histórico, publicando apenas, na seção de legislação, as normas estaduais de interesse da Instituição e indispensáveis ao nosso exercício profissional, bem como os atos normativos oriundos dos órgãos superiores do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Maceió, junho de 2006.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça